

Reunião Grupo “O Direito na História: representações, categorias e agentes”

Ata n.º 1/2014

Reunião ordinária de 3 de outubro 2014

Reuniu, no dia 3 de outubro de dois mil e catorze, na sala 105, às doze horas e quinze minutos, o grupo “O Direito na História: representações, categorias e agentes”

Na reunião estiveram presentes:

Professora Cristina Nogueira da Silva

Doutor Nuno Camarinhas

Doutora Joana Estorninho

Doutorando Luís Oliveira

A ordem de trabalhos teve início com a Professora Cristina Nogueira da Silva a explicar que convocara a presente reunião para formalizar o encontro do grupo e, assim, consolidar as informações já anteriormente trocadas por correio electrónico, agendando o trabalho para os próximos seis anos.

Além disso, outro dos motivos da reunião prende-se ainda com a visita dos avaliadores externos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na próxima terça-feira, querendo ela, na sua qualidade de investigadora responsável pelo grupo, estar o melhor informada possível sobre o plano de trabalhos do conjunto, caso sobre ele venha a ser questionada.

Neste sentido, a Professora começaria por transmitir a maneira como pensa organizar uma pequena descrição com base nos elementos enviados e conversar um pouco sobre as questões que possam surgir, cabendo aos presentes acrescentar o que entenderem pertinente e permitindo assim criar, ou, pelo menos, reforçar, a identidade do grupo.

A Professora Cristina Nogueira da Silva explicou que havia que pensar a partir de três pontos importantes, cujos objetivos tinham sido já explicados na apresentação dada ao grupo no Programa Estratégico.

Assim, o grupo iria focar-se na disponibilização de fontes para História do Direito, trabalho que prosseguiria actividades já anteriormente realizadas, continuação da biblioteca digital; completar a legislação que ficou já digitalizada e disponibilizada no sítio electrónico do projeto “Governo dos Outros”<sup>1</sup> com legislação referente ao período entre as datas de mil novecentos e dez até ao fim do colonialismo português. Além disso, acrescentava-se a este trabalho o sítio electrónico da Doutora Joana Estorninho de Almeida, que iria ainda ser completado.

Neste ponto, a Doutora Joana Estorninho de Almeida explicou aos presentes que o trabalho a realizar no seu sítio sobre representações dos fazedores do Direito e funcionários públicos<sup>2</sup> não traria nada de novo a nível da estruturação do conteúdo, que se dividia entre literatura e imagens; assim, iria colocar mais fontes fotográficas e literárias.

Após este breve esclarecimento, a Professora Cristina Nogueira da Silva continuou a sua explanação referindo que, além da continuidade de projectos (ex. Legislação do trabalho), haveria novos trabalhos, como por exemplo o mapa a ser desenvolvido pelo Doutor Nuno Camarinhas, com informação primária cartografada. Criar-se-ia assim um atlas do aparelho judicial português: onde haviam sido criadas jurisdições letradas nos espaços ultramarinos e a circulação de agentes entre eles; além de cartografia seria disponibilizada informação geográfica sobre questões institucionais dessas jurisdições. Também pelo mesmo Doutor seria criada uma base biográfica dos juízes do antigo regime, um memorial de ministros, para publicar em papel e on-line, referente ao séc. XVII e uma base com todos os juristas letrados em Portugal desde o início da nacionalidade até mil oitocentos e dois. Parte do trabalho do Doutor Nuno Camarinhas, explicou-se, seria patrocinado pela associação dos magistrados brasileiros.

Neste ponto, a explicação foi interrompida pela chegada do Doutorando Luís Cabral de Oliveira, o que levou a Professora Cristina Nogueira da Silva a fazer um breve resumo do que havia sido dito até ao momento.

No respeitante ao Doutorando Luís Cabral de Oliveira, a Professora Cristina Nogueira da Silva explicou aos presentes que o trabalho daquele passava pela informação, ainda incompleta, relativa aos deputados goeses: parlamentares nativos e

---

<sup>1</sup> Ver: <http://governodosoutros.wordpress.com/>

<sup>2</sup> Ver: <https://sites.google.com/site/memorybankbureaucracy/cv>

descendentes de Goa, todas as suas intervenções parlamentares, qual o grupo social a que pertencem e de que forma isso influencia o seu discurso, um trabalho já iniciado no âmbito das actividades do projecto “O Governo dos Outros”, e que se pretende alargar, no futuro, aos deputados nativos e luso-descendentes dos territórios africanos.

Após esta breve exposição, a Professora Cristina Nogueira da Silva passou a responder à questão: por que é que nós vamos fazer isso? O mote, respondeu, estava todo ele contido no nome do grupo: “O direito na História: agentes, categorias e representações”. Caberia aos seus elementos mostrarem uma perspetiva do Direito na qual circulam pessoas, ideias, livros; perspetiva essa na qual se parte do pressuposto de que o Direito constrói categorias e representações sobre o mundo e que estas não são, ao contrário do postulado na historiografia tradicional, questões de sempre, universais, mas, em vez disso, contextuais e locais. Numa perspetiva mais metodológica, caberia ao grupo fazer um estudo crítico da História do Direito, mostrando como as soluções jurídicas são algo de contingente, variando no tempo e no espaço. Relacionado com esta perspetiva está a questão da transposição de ordens jurídicas de uns territórios para outros e sua recepção em outros tempos e outros espaços (mormente no mundo colonial).

Este grupo pensará e demonstrará o Direito enquanto realidade transformável e transformativa, dependente do seu contexto, mas construtor da realidade social; o que é, para a Professora Cristina Nogueira da Silva, o motivo pelo qual se faz História do Direito, para que os juristas, acima de tudo, percebam esta contingência, que não se coaduna com a existência das chamadas grandes questões do Direito nem com perspectivas teleológicas sobre as “grandes soluções do Direito”

A Professora Cristina Nogueira da Silva seguiu reforçando a ideia, expondo como sendo um dos princípios do grupo a não crença em espaços jurídicos “dados”: o território português não é um objeto fixo nem um espaço totalmente coerente; antes é fluido, híbrido, plural, com lugares, dentro do seu império, nem sequer tocados pelo Direito Português, sendo que é também importante estudar como eram pensadas essas discontinuidades e também, neste contexto, , a aplicação de forma progressiva do código civil no ultramar.

Assim, todos os *sites*, livros e trabalhos referidos até ao momento articulam-se com estes objetivos principais, havendo portanto uma forte ligação entre as fontes a

disponibilizar e os objetivos e metodologias a seguir pelos membros do grupo, com uma forte componente do chamado direito letrado neste trabalho.

Outro dos objetivos, este mais concreto, prosseguiu a Professora Cristina Nogueira da Silva, é a publicação de estudos, estudos estes que se constituam como resposta às questões já enunciadas após a pesquisa e estudo das respetivas fontes. Os investigadores Sofia Valdez Tuma e António Manuel Hespanha trabalharão mais ao nível das fontes; a investigadora Joana Estorninho de Almeida mais nas imagens sociais e na burocracia; o investigador Nuno Camarinhas mais nas carreiras e na sua disseminação; por fim, Luís Cabral Oliveira e Cristina Nogueira da Silva mais na formação de espaços jurídicos descontínuos, no pluralismo jurídico e na receção do direito português nos territórios ultramarinos.

De seguida, cada um dos presentes passou a apresentar brevemente os trabalhos que previam realizar no sexénio dois mil e quinze-dois mil e vinte:

O Doutorando Luís Cabral de Oliveira fez menção de o seu plano de trabalhos para o período em causa ser o levantamento sobre discursos parlamentares (com vista à sua futura publicação em livro, talvez a publicação de uma biografia sobre um juiz do Supremo Tribunal de Justiça de finais do século XIX, indigitado ministro da Justiça na revolução republicana do Porto de mil oitocentos e noventa e uma biografia essa que seria a biografia de um agente do Direito, embora sem experiência colonial mas com interferência na vida política, bem como um livro sobre a representação política do ultramar, neste caso de angola. Ou seja, previa a publicação de um total de cerca de três livros.

A intervenção do Doutorando Luís Cabral de Oliveira deu origem a uma breve troca de ideias e argumentos sobre constitucionalismo(s). Na sequência desta, a Doutora Joana Estorninho de Almeida comentou que se poderia referir a existência de um fundo comum a todos os trabalhos: a ideia de que os modelos *webberianos* (e outros semelhantes) são muito formalistas por que tomam a letra da lei pelo que realmente aconteceu quando tal não é exatamente verdadeiro; ou seja, todos os trabalhos negam as categorias do autor alemão de que caminhamos para a racionalidade.

Após isto, a Professora Cristina Nogueira da Silva relatou aos presentes que o Professor António Manuel Hespanha, em nome de quem falava, previa a publicação, para o período em apreço, de dois livros, sobre as fontes do Direito na época moderna. Feita esta explanação, a Professora Cristina Nogueira da Silva falou por sua vez do seu

trabalho, prevendo a publicação de um livro sobre as identidades liminares: os assimilados, pretendendo com isso a destruição dos mitos historiográficos sobre o significado deste grupo na doutrina colonial portuguesa, em momentos históricos diversos

A menção do trabalho na área dos assimilados levou os presentes a uma breve discussão sobre essa noção, principalmente na sua componente jurídica. Quando este breve debate terminou, a Professora Cristina Nogueira da Silva retomou a sua previsão de produção expondo o plano de um livro sobre a aplicação de legislação e códigos no Ultramar e o livro de homenagem ao Professor António Manuel Hespanha.

A Doutora Joana Estorninho acrescentou ainda que gostaria de fazer um livro de reflexão sobre a construção do Estado a partir dos funcionários públicos.

Contabilizando o total das contribuições previstas, a Professora Cristina Nogueira da Silva previu assim um total de doze livros. Além disso, a mesma Professora referiu a ideia de publicar um memorial dos ministros e um livro sobre a Casa da Suplicação, última instância dos tribunais da Relação do Ultramar.

Continuando os temas a tratar na reunião, a Professora Cristina Nogueira da Silva perguntou aos presentes se contavam, visto ser outro dos factores de produção valorizados pela FCT, vir a publicar artigos em revistas nacionais e, sobretudo, estrangeiros, com peer-review durante o sexénio em apreço, ao que a Doutora Joana Estorninho respondeu que já tinha artigos submetidos.

Congratulando-se com essa informação, a Professora Cristina Nogueira da Silva referiu, falando da questão dos indexadores valorizados internacionalmente e pela FCT, que as Revistas de História são de mais fácil indexação, instando os presentes a que tentassem escrever em inglês, mormente em revistas que constassem do, até ao momento, indexador de referência da FCT, o SCOPUS.

A Doutora Joana Estorninho acrescentou que a FCT se encontra a realizar um inquérito aos investigadores sobre quais são as revistas de referência na sua área, tentando desta forma colmatar a falha na contabilização de publicação de artigos em revistas notoriamente reconhecidas numa certa disciplina. A Professora Cristina acrescentou ainda que já tinha estado presente numa reunião, promovida justamente pela Fundação, onde se mostrava uma vontade séria de tentar ultrapassar os problemas que estas listas traziam para as ciências sociais e humanas, tendo

manifestado a sua esperança de que durante a execução do programa estratégico se altere a forma de valorizar o trabalho científico na área.

Assim, cabia aos membros do grupo tentar publicar nos índices mais importantes, nomeadamente o SCOPUS, não devendo isso, contudo, prevenir a publicação noutros sítios de indiscutível relevância para a História do Direito, sob pena de se cair no risco do empobrecimento e colonização do trabalho historiográfico por parte de culturas dominantes como a anglo-saxónica, onde pouca ou nenhuma relevância é dada ao trabalho já desenvolvido, nomeadamente na área da história colonial e imperial levada a cabo pelos historiadores da Europa do Sul.

A Professora Cristina Nogueira da Silva referiu que seria importante pensar na organização de um seminário permanente para discutir problemas de investigação na área, e ajudando à construção de soluções úteis a investigadores interessados neste tipo de questões, nomeadamente para problemas mais técnicos, como a forma de apresentar informação na internet, organizar *sites*, tec.

Além disso, informou, o Professor António Manuel Hespanha propunha o nome para o seminário “o Direito na História”.

A Doutora Joana Estorninho sugeriu por sua vez que se fizesse um *site* com esse mesmo nome.

A Professora Cristina Nogueira da Silva referiu que seria importante apresentar tudo em conjuntos, o que se prendia com a questão da disseminação: disseminação de saber e da informação produzida através de seminários internos com componente científica e técnica mas abertos à vinda de pessoas do exterior, a outros historiadores, tal como quando veio o Professor Thomas Duve à Faculdade. Outra forma de disseminação, acrescentou, passava pela participação dos membros do grupo em seminários internacionais e, ainda, pela organização, ao longo do sexénio, de uma ou duas conferências, pelo que instava os presentes a pensar numa conferência que pudesse ser organizada igualmente por todos, e da qual poderia sair um livro, livro esse que, por sua vez, poderia ter o título do projeto: “O Direito na História: representações, categorias e agentes”.

Por fim, a Professora Cristina Nogueira da Silva referiu que seria importante a participação o mais ativa possível de todos, nomeadamente dos dois investigadores não presentes, a Doutora Sofia Valdez Tuma e o Professor António Manuel Hespanha, cuja presença seria sempre fundamental e inspiradora.

Na mais havendo a tratar, a reunião foi dada por terminada às treze horas e vinte e cinco minutos.